

FAMÍLIA E ESCOLA: O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS

BEATRIZ LAZZARETTI

Acadêmica do curso de Pós-Graduação em Educação Especial e Educação Inclusiva pelo Centro Universitário Uninter.

ALCILÉIA SOUSA FREITAS

Professora orientadora de TCC e avaliadora do setor de Bancas do Programa de Pós-Graduação-EAD do Centro Universitário UNINTER, Pedagoga, Especialista em Educação Especial pelo IBPEX, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR.

RESUMO

A família e a escola são duas instituições que proporcionam o desenvolvimento fundamental das crianças com deficiências para sua trajetória de vida e para sua constituição enquanto sujeitos autônomos. São nestes contextos que se acentuam, se destacam e são trabalhadas suas dificuldades e suas potencialidades. O objetivo desse artigo, de revisão bibliográfica, será destacar não apenas as contribuições destes dois contextos mas também a contribuição dos profissionais que atuam com estas crianças, para o processo de inclusão escolar. Após, serão descritas as relações família-escola, a parceria entre família, escola e profissionais na colaboração para o processo de inclusão escolar e os desafios e perspectivas deste processo. E para a complementação do objetivo deste trabalho, serão abordados assuntos sobre vínculos familiares, escolares e a importância da parceria de apoio para o desenvolvimento da criança com deficiência, uma vez que as funções da família e da escola atuam sobre o desenvolvimento e a educação destas crianças. Ao final, são apontadas algumas considerações sobre a necessidade de compreender as relações entre escola e família, visando facilitar a aprendizagem, o desenvolvimento humano e a inclusão escolar. Os resultados obtidos neste trabalho indicam que a família e a escola contribuem para o desenvolvimento da criança com deficiência, pois constituem os dois ambientes favoráveis para o bom desenvolvimento e, por isso, devem interagir e colaborar de maneira mútua, com objetivos comuns e em parceria com os profissionais que atendem estas crianças.

Palavras-chave: Família. Escola. Inclusão escolar.

INTRODUÇÃO

A família e a escola compartilham funções relacionadas à educação e as funções sociais e funções políticas. Desta forma, contribuem e também podem influenciar na formação do sujeito. São elas responsáveis pela transmissão de valores e conhecimentos.

Conforme Dessen e Polonia (2007) a escola e a família além de contribuir e influenciar a formação do cidadão, compartilham funções sociais, políticas e educacionais.

São responsáveis pela transmissão e construção de conhecimento. Emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos dos cidadãos, as quais atuam como inibidoras ou propulsoras de seu crescimento intelectual, físico, social emocional e psicológico. Na família, fomenta-se o processo de socialização, proteção e desenvolvimento no plano afetivo, social e cognitivo. Na escola, assegura-se o processo de ensino-aprendizagem, cujos conteúdos curriculares auxiliam na construção de conhecimento.

Ambas, família e escola, podem e devem trabalhar de forma conjunta com as crianças com deficiências. Uma vez que a história da educação especial teve início no Brasil na segunda metade do século XIX, quando as pessoas com deficiências eram vítimas de negligência e abandono. “Em um primeiro momento, a educação desses indivíduos acontecia em escolas anexas aos hospitais psiquiátricos e também em instituições especializadas” (SILVA, 2010, p. 9).

Conforme Maciel (2000) a estrutura das sociedades, desde suas origens, inabilitou as pessoas com deficiências, privando-as de liberdade e marginalizando-as, pois foram alvo de atitudes preconceituosas.

Para Maciel (2000) movimentos nacionais e internacionais têm buscado uma política inclusiva, cujo auge se deu em junho de 1994, por meio da Declaração de Salamanca, elaborada nessa cidade espanhola durante Conferência Mundial de Educação Especial, que contou com a participação de 88 países e 25 organizações internacionais. Essa declaração marcou a mudança de olhar para a realidade discriminatória que as pessoas com deficiências enfrentam.

Foi da problemática descrita acima que surgiu o tema deste artigo: a família e a escola, duas instituições que podem contribuir significativamente para o processo de inclusão escolar de crianças com deficiências.

A inclusão de crianças com deficiências em escolas regulares é uma questão complexa. Por essa razão, tem sido tema de muitas pesquisas e os resultados têm apontado a existência de muitos estigmas e estereótipos sobre o processo de aprendizagem e desenvolvimento das mesmas, tanto em relação às suas famílias como em relação à rede de ensino e aos profissionais que atendem estas crianças.

Diante desta complexidade, este artigo tem como objetivo geral destacar as contribuições da família com crianças com deficiências e da escola para o processo de

inclusão escolar juntamente com a contribuição dos profissionais que atuam com estas crianças. E como objetivos específicos: Descrever as relações entre a família e a escola; pontar a parceria entre a família, a escola e os profissionais que atendem as crianças com deficiências; e discutir os desafios e perspectivas do processo entre família e escola na inclusão escolar.

Para isso, o artigo foi estruturado em três seções: esta introdução, o desenvolvimento e as considerações finais. O desenvolvimento foi subdividido em cinco subseções, são elas: 1) A família e seu contexto; 2) A escola e seu contexto; 3) As relações família-escola; 4) Parceria colaborativa entre família, escola e profissionais; 5) Desafios e perspectivas na inclusão escolar. Quando cabíveis, serão indicadas ao longo da apresentação situações em que a inclusão escolar deve orientar os melhores procedimentos a serem adotados nas famílias e na escola.

A FAMÍLIA E SEU CONTEXTO

A família é o primeiro e mais importante agente socializador para o desenvolvimento da criança, é neste contexto que a criança cresce, expõe seus sentimentos, experimenta as primeiras recompensas e punições e é através da família que ocorre a inserção do sujeito na sociedade.

Para Dessen e Polonia (2007) a família é o primeiro ambiente de socialização do indivíduo. Ela é considerada a primeira instituição social, que busca assegurar o bem estar de seus membros, incluindo a proteção da criança. É ela que vai transmitir valores, ideias, crenças e significados presentes na sociedade. Desta forma, a família tem um impacto significativo no comportamento de seus membros, em especial das crianças, as quais aprendem formas de ver o mundo, de existir e de construir suas relações sociais.

Para estas autoras, a criança aprende no ambiente familiar a administrar e resolver conflitos diversos, expressar os diferentes sentimentos, controlar as emoções e essas habilidades sociais repercutem em outros ambientes em que a criança interage.

Para Silva (2010) os pais são capazes de proporcionar um ambiente estimulador para seus filhos. Destaco neste ponto que o diálogo e as vivências são aliadas neste ambiente, pois favorecem a estimulação e o vínculo de confiança entre os pares.

Atualmente, não existe modelo padrão de família. Daneluz (2008) afirma que o mais importante é valorizá-las como espaço de produção e identidade social. Deve ser deixado de lado o velho modelo de família nuclear, pois hoje existem diversos tipos de famílias, cada uma inserida em sua própria cultura e com sua singularidade.

A ESCOLA E SEU CONTEXTO

Um das principais funções da escola é garantir a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores necessários à socialização do indivíduo. A escola deve constituir instrumentos para que o aluno compreenda melhor a realidade em que está inserido, favorecer sua participação com as diversas relações sociais, e prepará-lo para a inserção no mundo do trabalho.

Para Dessen e Polonia (2007) a escola tem a função social de preparar alunos, pais, professores para superarem as dificuldades, contribuindo para o processo de desenvolvimento do indivíduo.

Para essas mesmas autoras, na escola, o uso de estratégias deve estar adaptado a cada realidade, aos recursos disponíveis e às demandas da comunidade, por isso é importante identificar as condições evolutivas dos professores, alunos, pais e comunidade em geral, para o planejamento de suas atividades.

A escola é uma instituição onde se efetivam atividades educativas formais, pois é um espaço de desenvolvimento e aprendizagem. Nesse sentido seu currículo deve desenvolver as experiências realizadas em seu contexto, considerando aspectos cognitivos, culturais, sociais, afetivos e históricos. Assim, os conhecimentos oriundos da vivência familiar podem ser mediadores na construção dos conhecimentos científicos trabalhados na escola (Dessen e Polonia, 2007).

AS RELAÇÕES FAMÍLIA-ESCOLA

Atualmente há a necessidade de a família estar em contato direto com a escola e vice-versa, porque a escola é uma instituição que complementa a família e juntas tornam-se lugares propícios para o desenvolvimento de seus filhos e alunos. Ambas, família e escola, dependem uma da outra na tentativa de alcançar seus objetivos, possibilitando um futuro melhor para o filho e educando e, também, para a sociedade em geral.

Para Filho (2000) a relação entre a família e a escola é uma das questões mais discutidas por pesquisadores dos sistemas e unidades de ensino. Esse autor destaca, em relação à prática pedagógica dos professores e da escola em geral, que a forma e a intensidade das relações entre escolas e famílias variam consideravelmente, estando relacionadas aos mais diversos fatores, como ocupação dos pais, número de filhos, escolarização das famílias, cultura, meio urbano e meio rural, classe social, entre outros fatores.

A estrutura familiar tem forte impacto na permanência de seus filhos na escola, evitando ou intensificando a evasão e a repetência escolar (Dessen e Polonia, 2007). Embora a escola possa reverter esses aspectos, é necessário que ela conte com a colaboração da família e de outros contextos que influenciam a aprendizagem do aluno.

A participação da família na escola é uma necessidade para a resolução de diversas problemáticas referentes ao desempenho do aluno (Daneluz, 2008). Por isso, é importante compreender as diferentes famílias e descobrir a melhor maneira de auxiliá-las no processo de ensino aprendizagem.

Dessem e Polonia (2007) afirmam que para compreender os processos de desenvolvimento do sujeito, é preciso focalizar no contexto familiar, no contexto escolar e suas inter-relações. A escola e a família são ambientes de desenvolvimento e aprendizagem, e ambas podem tanto serem propulsoras como inibidoras deles.

Os laços afetivos consolidados na escola e na família permitem que as crianças aprendam a lidar com conflitos e a resolver os problemas cotidianos (Dessen e Polonia, 2007).

Além de aceitar as necessidades de seu filho, Silva e Mendes (2008) apontam que a família deve se empenhar em promover o desenvolvimento de acordo com suas possibilidades.

O conhecimento de valores e as práticas educativas adotadas em casa refletem na escola e vice-versa. Por isso, a escola deve adequar o seu projeto político pedagógico à finalidade de inserir um espaço que busca valorizar, trabalhar e reconhecer essas práticas educativas e utilizá-las como fonte de recurso nos processos de aprendizagem, levando em consideração as diferenças culturais, decisões coletivas e formação para a cidadania (Dessen e Polonia, 2007).

Daneluz (2008) afirma que a criança no ambiente familiar e no ambiente escolar assume papéis diferenciados. Enquanto na família segue padrões de conduta através dos familiares, na escola segue padrões mais complexos, como as normas da instituição. Neste aspecto, ambas devem compartilhar suas ações educativas.

Para o estabelecimento de relações mais próximas, Dessen e Polonia (2007) afirmam que a escola deve investir no fortalecimento de vínculos entre pais e professores, inserção destes no Conselho Escolar e em outros espaços de participação, propiciando a articulação entre a família e a escola. A escola deve adotar estratégias que permitam a família acompanhar as atividades curriculares da escola, planejando e implementando parcerias entre ambas, objetivando soluções para os desafios enfrentados cotidianamente.

A participação da família é um processo de construção coletiva. Daneluz (2008) destaca que se devem incentivar práticas participativas dentro da escola que apontem a necessidade da família de participar efetivamente na escola, de maneira autônoma e com força para lutar e alcançar objetivos comuns.

Para Filho (2000) as ações da criança excedem a própria escola, e as atividades de ensino e aprendizagem irão incidir sobre suas famílias. Essa é uma problemática que extrapola as possibilidades de pesquisas, ou seja, as diversas modalidades das relações estabelecidas entre a família e a escola têm o aluno como eixo nessa relação.

Para os pais terem sucesso no processo de desenvolvimento de seu filho, Daneluz (2008) aponta que eles devem ter uma direção e precisam atuar com equilíbrio e segurança. Neste momento, é importante entender o conceito de família-escola, trabalhar com a interação da família na escola e a escola na família, efetivando um relacionamento participativo e fundamentado no bem-estar da criança.

Essa mesma autora afirma que a participação da família em todos os espaços da escola garante processos de aprendizagem, apropriação de conhecimentos e efetiva a formação de indivíduos preparados para a prática social, para as diversas adversidades na sociedade.

Por este fator que é importante o diálogo entre escola e família, pois, além ser beneficiada com este processo, a criança aprende e efetiva suas potencialidades.

PARCERIA COLABORATIVA ENTRE FAMÍLIA, ESCOLA E PROFISSIONAIS

No processo de interação entre família e profissionais, deve haver uma parceria de igualdade, com isso a colaboração afetará tanto o aluno e sua família como também a atividade dos profissionais. Nessa parceria, diferentes formas de cooperação entre família e profissionais podem ser aplicadas, tais como aponta Paniagua (2004; apud Silva, 2010):

- Intercâmbio de informação: ocorrem trocas de informações entre os familiares e os profissionais, através de diversos meios, tais como questionários, conversas cotidianas, informações descritas, reuniões com pais, entrevistas de acompanhamento, entre outros meios.
- Atividades em casa: as atividades em casa possibilitam pautas de controle de conduta, hábitos de autonomia pessoal, sistemas alternativos e estimuladores de comunicação, entre outros.
- Participação em atividades: atividades propostas pelos profissionais, por meio das quais permitem-se transparência e abertura. Esse envolvimento direto dos pais possibilita a continuidade das atividades em casa.

Silva e Mendes (2008) afirmam que a família deve dar continuidade em casa aos trabalhos realizados e indicados pelos profissionais. A família deve estar ciente da importância em seguir com estes trabalhos e seguir corretamente as orientações dos profissionais.

É através da parceria colaborativa que os familiares podem ser motivados a terem conhecimento para realização de um objetivo além de adquirirem habilidades para isso (Silva, 2010). A motivação pode ser transformada em uma ação específica e as famílias podem apresentar conhecimentos sobre serviços, direitos legais, natureza da deficiência e suas repercussões, e maneiras de educar seus filhos. A autora ainda cita que as habilidades relacionadas com o empoderamento são habilidades de resolução de problemas, possibilitando estratégias para lidar com tais problemas.

Para Silva (2010) existem muitos benefícios ao se estabelecer a parceria ativa entre família e diversos profissionais. Por meio dela a família permanece mais informada com relação à deficiência e com relação aos seus direitos e responsabilidades. Já os profissionais podem ter maior conhecimento sobre a história de vida e as necessidades da criança e da família.

Uma boa interação entre família, escola e profissionais proporciona uma maior compreensão das necessidades, interesses, habilidades e potencialidades da criança com deficiência. Embora seja de extrema relevância esta parceria, existem alguns obstáculos a serem enfrentados, por parte da família em relação aos profissionais: falta de tempo, dificuldade para entender a linguagem técnica usada pelos profissionais, dificuldade com

transporte, sentimento de inferioridade em relação aos profissionais e falta de conhecimento sobre a deficiência. Por parte dos profissionais com relação à família: apatia dos pais, da falta de tempo, e da falta de reconhecimento do trabalho profissional (Silva, 2010). Embora nos dias atuais, os familiares sejam parceiros, a relação com profissionais e escola ainda é difícil. Mesmo diante de todos os benefícios que esta parceria proporciona, ela deve ser buscada constantemente.

Com relação à linguagem técnica, Silva e Mendes (2008) apontam que os profissionais devem se comunicar com a família de forma clara e acessível, de modo que possam compreender o que é dito, pois essa é uma queixa dos pais.

Segundo Silva e Mendes (2008) embora se saiba da importância da parceria entre família e escola, ocorrem dificuldades nesta efetivação.

Para McWilliam, Tocci e Habin (1998; *apud* Silva e Mendes, 2008) há quatro atitudes que os profissionais devem ter com a família: 1. Estabelecimento de vínculo com a família e suporte para participarem da educação de seus filhos; 2. Reconhecer e valorizar os esforços dos pais; 3. Colocar-se no lugar dos pais e compreender suas preocupações; 4. Desenvolver uma relação de confiança.

Blue-Banning e outros (2004; *apud* Silva e Mendes, 2008) descreveram uma investigação sobre a parceria colaborativa entre profissionais e família de pessoas com deficiência. Na pesquisa os comportamentos esperados da família na parceria colaborativa foram: a comunicação com os profissionais; aceitar a deficiência da criança; respeitar os profissionais; ser responsável pela educação o filho; participar das atividades; questionar os profissionais de modo adequado. Sobre o comportamento esperado dos profissionais: comunicar-se com os familiares; oferecer grupo de apoio aos pais; mostrar à família as atividades realizadas com as crianças; orientação aos pais e/ou responsáveis; incorporar ao trabalho sugestões fornecidas pela família; promover o desenvolvimento do aluno. Silva e Mendes (2008) apontam que cabe aos profissionais informar a família sobre a deficiência apresentada pelo aluno, e sobre as etapas das intervenções a serem realizadas e também sobre as dificuldades que irão encontrar, bem como as diferenças entre crianças que apresentam a mesma deficiência.

Silva e Mendes (2008) afirmam que para atingir a parceria colaborativa é preciso realizar o empoderamento da família; os profissionais devem encorajar os familiares a expressar suas ideias e opiniões e ajudá-los a adquirir habilidades na tomada de decisões.

É importante que os pais participem da tomada de decisões sobre os serviços oferecidos a seus filhos e a si próprios. Por isso é fundamental que os profissionais devam informar à família sobre seus direitos, oferecer suporte moral, orientá-los na hora de questionar o médico e no momento de expressar suas opiniões.

A educação dos filhos é responsabilidade dos pais, por isso é importante que os profissionais possibilitem envolver a família neste processo, fazendo com que se sinta responsável pela educação de seu filho; os profissionais precisam ser capazes de estabelecer um bom vínculo com a família, ganhando a confiança da mesma (Silva e Mendes, 2008).

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA INCLUSÃO ESCOLAR

Os pais ou responsáveis pelas crianças com deficiências também se tornam, de certa forma, pessoas com necessidades especiais, uma vez que precisam de orientação e acesso aos grupos de apoio, pois são eles que intermediarão a integração e a inclusão de seus filhos entre a escola e a comunidade em geral (Maciel, 2000). Para Maciel, a falta de conhecimento sobre as deficiências faz com que a sociedade perceba a deficiência como um problema ou uma doença crônica, fazendo com que o potencial e as habilidades das pessoas com deficiência sejam pouco valorizados. Conforme Maciel (2000), as crianças que possuem alguma necessidade educacional especial, ao entrarem para a escola, irão participar de três estruturas da dinâmica escolar: a integração professor-aluno, a interação aluno-aluno e o próprio ambiente de aprendizagem.

Para Maciel (2000) a inclusão escolar deve ter início a partir da adequação das três estruturas da dinâmica escolar citadas anteriormente e do levantamento de alternativas que favoreçam o desenvolvimento dos alunos. É de extrema relevância analisar se o ambiente de aprendizagem é favorável, se ocorreu a eliminação de barreiras arquitetônicas, sonoras e visuais, se existe oferta de recursos audiovisuais, se os currículos estão adequados à realidade dos alunos e, também, se toda a comunidade escolar está sensibilizada para atender a criança com deficiência com consideração e respeito.

Para Maciel (2000) é importante que os professores tenham conhecimento do diagnóstico e do prognóstico de seu aluno com necessidade educacional especial. Para isso é importante e recomendável entrevistar os pais e/ou responsáveis de seu aluno com a

finalidade de conhecer seu histórico de vida e traçar estratégias conjuntas de estimulação família-escola e, também, procurar orientação profissional com fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos, médicos e demais profissionais que atendam ou atenderam seus alunos. A integração professor-aluno ocorre quando não há preconceito e o professor possibilita o pleno desenvolvimento de seus alunos com necessidades educacionais especiais. A interação aluno-aluno pode demonstrar diferenças interpessoais, preconceitos e dificuldade de aceitar o outro como ele é. Por isso é fundamental que os demais alunos recebam orientações sobre a deficiência e as formas de conviver, além de lidar com as diferenças.

A inclusão escolar, conforme mencionam Budel e Meier (2012), implica fazer com que a criança com deficiência se sinta como sendo uma parte do meio em que está inserida. É ir além; é construir um planejamento escolar por meio do qual todos possam usufruir; é, em suma, a busca do sucesso do aluno. Para estes mesmos autores, incluir é refletir sobre a integração e aceitação. Incluir não basta, tem que integrar e aceitar. Integrar é incluir em um conjunto e fazer-se parte integrante. Aceitar é estar receptivo, sem preconceito e sem emitir juízo de valor. Incluir requer repensar diversos enfoques, conforme descritos abaixo:

- Repensar o planejamento: esse repensar o planejamento não se trata de realizar uma atividade para cada aluno, é preencher as lacunas, ou seja, em determinados casos, a atividade até pode ser a mesma, de acordo com o conteúdo da turma, mas a exigência deve ser diferente, de acordo com cada grupo. Retomar conteúdos em defasagem, não parar no que eles sabem e avançar.

- Repensar o currículo: a escola pode ter pronto um currículo para cada ano escolar, conforme os estágios de desenvolvimento das crianças, mas é preciso adaptar, devendo ser periodicamente avaliado pelo coletivo escolar, pelos professores e profissionais que estejam envolvidos com as crianças. Cito a participação da família também nesta construção, pois suas contribuições têm grande valia e podem ser agregadas, além da família se sentir valorizada e parte integrante escolar.

- Repensar a metodologia: repensar a metodologia criando novas estratégias, adequando a metodologia ao trabalho contextualizado. Exemplo: trabalhar com material concreto com as crianças que ainda não conseguem abstrair.

- Repensar a avaliação: a avaliação deve retomar a prática pedagógica, assim o aluno deve ser avaliado pelo que aprendeu e não pelo que ainda não aprendeu.

- Repensar a atitude do professor: o professor é o mediador da aprendizagem, seu objetivo deve ser a aprendizagem do aluno não o ensino do currículo.

- Repensar os espaços físicos: os espaços físicos e o ambiente devem favorecer a aprendizagem das crianças.

Uma vez que nenhuma criança nasce sabendo o que é bom ou ruim, Daneluz (2008) aponta que é tarefa da família e da escola favorecer uma consciência moral, para que a criança, quando tiver que tomar uma decisão, saber por que está tomando esta direção. Além disso, a criança com deficiência deve ter autonomia em tomar suas próprias decisões e trilhar seus próprios caminhos.

Para incluir uma criança com deficiência, seja física ou intelectual, Budel e Meier (2012) afirmam que é preciso um olhar atento, conhecer a história desta criança e de sua família, conhecer o contexto em que ela vive, suas expectativas para a vida escolar, razões pela qual não está aprendendo ou pelo qual está manifestando tal comportamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de suma importância que a família e a escola andem no mesmo sentido, para o mesmo caminho. Assim a criança com deficiência se sentirá amparada e confortável, facilitando o processo de ensino-aprendizagem, e sua relação com o meio na qual está inserida.

A família e a escola têm a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento da criança com deficiência. Elas constituem os dois ambientes favoráveis para o bom desenvolvimento e é por isso que devem interagir e colaborar de maneira mútua, com objetivos comuns. E quando trabalham juntas, não focalizam a deficiência e sim as potencialidades que estas crianças têm, formando indivíduos com autonomia, produtivos e participantes de seu próprio desenvolvimento perante a sociedade.

Os objetivos, geral e específicos, desta pesquisa foram alcançados, pois foi possível evidenciar que a família, a escola e os profissionais que atendem as crianças com deficiências, trabalhando de forma integrada, amenizam as dificuldades e possibilitam ambientes acolhedores e confiáveis, tanto para as crianças como para os membros das famílias e para a sociedade em geral.

Outro ponto alcançado desta pesquisa foi que inclusão não é somente aliada à criança, mas toda a família deve se sentir incluída, assim como os professores, escola,

profissionais e comunidade em geral devem se sentir assim, pois inclusão é integrar e aceitar, como foi citado neste estudo, e todos os contextos devem se integrar para que ocorra uma inclusão coerente.

Assim como a aprendizagem não ocorre de maneira igual para todos os sujeitos, a inclusão não ocorre de maneira igual para todos; com isso, a família e a escola devem focalizar as potencialidades dessas crianças e trabalhar em prol do bem estar destas e procurar orientações profissionais sempre que possível.

Concluindo esta problemática, são muitos os desafios e as dificuldades enfrentadas tanto pelas famílias e pela escola como pelas crianças com deficiências, porém essa parceria entre a escola e a família deve se efetivar, pois além da criança ser beneficiada neste processo, a família e a escola também se beneficiam; e toda comunidade ganha com esta parceria.

REFERÊNCIAS

BUDEL, Gislaine Coimbra; MEIER, Marcos. **Mediação de aprendizagem na educação especial**. Curitiba: Ibpex, 2012. (Série Inclusão Escolar).

DANELUZ, Mariluci. Escola e família: duas realidades, um mesmo objetivo. In: I Simpósio Nacional de Educação e XX Semana da Pedagogia. Cascavel: **Unioeste**, 2008. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/1/Artigo%2011.pdf>> Acesso em 16 out. 2013.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Ribeirão Preto: **Paidéia**. Vol. 17. n. 36. Jan/Abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100003>. Acesso em 09 out. 2013.

FILHO, Luciano Mendes de Faria. Para entender a relação escola-família: uma contribuição da história da educação. São Paulo: **Perspec**. vol. 14 n. 2 Abr/Jun. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200007&script=sci_arttext&tlng=pt%23top4>. Acesso em 16 out. 2013.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. São Paulo: **Perspec**. Vol. 14. n. 2 Abr/Jun 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-88392000000200008&script=sci_arttext> Acesso em 09 out. 2013.

SILVA, Aline Maira da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba: IbpeX, 2010. (Série Inclusão Escolar).

SILVA, Aline Maira da; MENDES, Enicéia Gonçalves. Família de crianças com deficiências e profissionais: componentes da parceria colaborativa na escola. Ver. **Bras. Educ. espec.** v. 14 n. 2. Marília. Maio/Ago 2008. Disponível em:<
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382008000200006&script=sci_arttext>.
Acesso em 15 outubro 2013.